

Gestão Compartilhada e Relações de Poder na Formação das Comissões Setoriais de Cultura em Pernambuco

DANIELLE DE ARAÚJO BISPO

Universidade Federal de Pernambuco
daniellefederal@gmail.com

ELISABETH CAVALCANTE DOS SANTOS

Universidade Federal de Pernambuco
elisabethcsantos@gmail.com

DÉBORA DOURADO

Universidade Federal de Pernambuco
dcpdourado@gmail.com

Gestão Compartilhada e Relações de Poder na Formação das Comissões Setoriais de Cultura em Pernambuco

1. Introdução

No Brasil, o campo da cultura tem se caracterizado por três tradições: ausências, autoritarismos e instabilidades. A tradição das ausências caracteriza-se pela inexistência de políticas setoriais e substituição da participação do Estado pelo mercado através das leis de incentivo, que permitem o investimento privado na cultura a partir da renúncia fiscal ao Estado. Já a tradição de autoritarismos mescla regimes autoritários com o desenvolvimento de políticas culturais, além do autoritarismo estrutural que delimita a noção de cultura ao patrimônio material e artes reconhecidas. Por sua vez, a tradição de instabilidades reflete o caráter vulnerável das políticas culturais que tendem a ser descontinuadas a cada mudança de representante no ministério (RUBIM, 2010).

Quando se faz um apanhado histórico desse campo, vê-se que a participação do Estado na elaboração e financiamento de políticas públicas de cultura foi reduzida, predominando as leis de incentivo e a retirada do governo no processo decisório, sobretudo no período que vai de 1985 até 2002 (CALABRE, 2009a). Com a eleição de um governo de esquerda em 2002, liderado pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), mecanismos de democracia participativa receberam mais atenção.

A participação da sociedade no campo das políticas públicas, segundo Calabre (2009a) está associada à forma de governo vigente. De modo que governos menos democráticos tendem a ser mais autocráticos na definição das necessidades de políticas e governos mais democráticos priorizam a diversidade de opiniões sobre quais necessidades são importantes para a sociedade.

Os governos democráticos tendem a ser representativos ou participativos. Nos governos representativos, os cidadãos participam das decisões governamentais através da eleição de um grupo de representantes, porém depois do período eleitoral a comunicação entre políticos e população praticamente inexistente (CANEDO, 2009). No caso do governo Lula, priorizou-se o diálogo e a participação social no campo das políticas públicas. O pressuposto é que a partir de 2003, o campo da cultura passa por uma reconfiguração contando com a participação da sociedade na construção de políticas.

Segundo Calabre (2009a), o entendimento contemporâneo sobre a elaboração de políticas públicas passou a compreender a participação de diversos agentes e satisfação das necessidades sociais. Assim, a autora explica que por políticas públicas culturais pressupõe-se um “conjunto de ações elaboradas e implantadas de maneira articulada pelos poderes públicos, pelas instituições civis, pelas entidades privadas, pelos grupos comunitários dentro do campo do desenvolvimento do simbólico” (CALABRE, 2009a, p. 12).

Essa forma de trabalhar as políticas públicas, reunindo diversos agentes a partir de mecanismos de gestão participativos, tem sido chamada de gestão compartilhada ou gestão democrática. A gestão compartilhada de políticas públicas de cultura tem ocorrido nos níveis federal, estadual e municipal. A gestão do setor cultural nas três esferas citadas, a partir do diálogo entre Estado, conselhos, fóruns deliberativos, organizações sociais e a população (CANEDO, 2009), traz visibilidade para os agentes inseridos neste campo, pois agora eles podem dialogar juntos. Porém, esse novo modo de trabalhar, não quer dizer que durante o compartilhamento e a participação dos agentes não ocorram conflitos, pois estes estão presentes em todos os campos.

Sendo assim, com o intuito de analisar disputas e conflitos de interesses dentro do campo da cultura e a partir de uma situação particular, buscou-se observar relações entre os agentes em um mecanismo de participação que tem sido utilizado para discutir políticas de cultura: os fóruns. Segundo Faria (2009, p. 98), os fóruns podem ser definidos como “campos horizontais provocadores e proponentes de políticas e do debate público”.

Esse modo de trabalhar tem sido adotado em diversos estados. Em Pernambuco, lócus das reflexões deste artigo, utilizou-se uma lente que possibilitasse compreender as relações entre os agentes. Assim, optou-se pela teoria dos campos sociais de Bourdieu, que envolve uma complexa compreensão do mundo, trazendo como argumento central a perspectiva relacional para entender a realidade. A utilização da perspectiva relacional para se pensar o espaço social permite analisar a posição de cada ator em relação a outro ator dentro do campo, o que proporciona compreender as estratégias que são utilizadas para conservação ou transformação do campo (BOURDIEU, 1996a).

As reflexões sobre a gestão compartilhada ocorreram a partir da participação em um fórum de cultura em Pernambuco. Em junho de 2010, a Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco – FUNDARPE lançou uma portaria onde instituiu no Art. 1º o Fórum Estadual de Cultura e os fóruns e comissões setoriais e regionais com objetivo de “assegurar, através dos canais de cogestão, o modelo de gestão participativa”.

Em Recife, capital do estado, realizou-se, entre os dias 14 e 20 de dezembro de 2011, o Fórum Setorial de Cultura, organizado pela Secretaria de Cultura – SECULT e a FUNDARPE. O objetivo do Fórum foi eleger, juntamente com a sociedade, as comissões setoriais de cada linguagem cultural do estado: audiovisual, dança, ópera, circo, gastronomia, teatro, design/moda, literatura, música, artesanato, cultura popular, fotografias e artes visuais. Às comissões eleitas caberia a responsabilidade de, junto ao Governo do Estado de Pernambuco, elaborar o Plano Estratégico da Cultura referente ao seu setor no ano de 2012.

Ao todo, foram realizados treze fóruns. Para este trabalho, foram analisadas as formações das comissões setoriais de design/moda, literatura e artesanato. Muitas desses fóruns ocorreram no mesmo horário, e o critério para selecioná-los foi a disponibilidade de tempo e a acessibilidade ao local. O objetivo deste artigo foi descrever como se deu o processo de formação das comissões de cultura no Fórum Setorial de Cultura de Pernambuco a partir da análise das relações de poder entre os agentes.

Para isso, é necessário antes apresentar a teoria bourdieusiana que foi a lente teórico-metodológica utilizada neste trabalho.

2. A abordagem teórico-metodológica de Pierre Bourdieu: compreendendo as relações de poder entre os agentes

O suporte teórico-metodológico que foi utilizado para este trabalho refere-se à Teoria dos Campos Sociais de Pierre Bourdieu. Essa teoria permite captar as dinâmicas de poder próprias do campo da cultura. Com isso, fica mais compreensível entender que tais dinâmicas de poder entre os agentes de um campo não resultam apenas da vontade dos mesmos, mas tem importância considerável da estrutura do campo onde estes se inserem.

Apresentam-se conceitos centrais – tais como campo, espaço social, agentes, posições, *habitus*, capitais – trabalhados pelo autor, discutindo-os de forma a fazer um exercício empírico da realidade que foi investigada, já que “[...] a teoria científica apresenta-se como um programa de percepção e de acção só revelado no trabalho empírico em que se realiza” (BOURDIEU, 2009a, p. 59).

A partir desses conceitos centrais, fez-se uma análise interpretativa baseada na teoria hermenêutica, que preocupa-se em

[...] perscrutar o sentido oculto dos textos, na certeza de que no contexto há por vezes mais do que no texto. Esgueira-se nas entrelinhas, porque nas linhas está, por vezes, precisamente o que não se queria dizer. Assim, um discurso não se entende apenas por sua forma, mas no conteúdo que quer dizer (DEMO, 1995, p. 247-248).

Analisar a realidade a partir de uma perspectiva hermenêutica significa que um ponto de vista está sendo anteposto a outros, baseado numa bagagem teórica e experiência de vida própria do pesquisador que faz a análise (HERMANN, 2002). Dessa forma, procedeu-se associando o material empírico coletado à teoria de Bourdieu, privilegiando uma forma de ver a realidade social frente às demais.

A coleta dos dados se deu a partir da observação e do registro feito no diário de campo ao mesmo tempo em que ocorriam as discussões nos fóruns. Não se define se a observação foi participante ou não porque para Bourdieu (2007), a simples presença de um agente em campo já faz com que os agentes se portem de um modo diferente, alterando assim a dinâmica.

Entende-se que a dinâmica organizacional do campo da cultura possa ser analisada a partir da análise das relações de poder existentes em uma situação particular desse campo, qual seja: o Fórum Setorial de Cultura de Pernambuco. Como explicam Carvalho e Vieira (2007, p. 34) “[...] o universo organizacional nas suas diversas dimensões se processa por entre jogos de poder”.

Sobre os conceitos da teoria bourdieusiana, a noção de campo é importante para entender as relações entre os agentes. Porém, não intentou-se aqui falar sobre o campo da cultura no Brasil ou em Pernambuco. Objetiva-se descrever as relações de poder entre os agentes, evidenciando os conflitos que surgiram diante das suas posições no momento da formação das comissões setoriais de cultura, ressaltando também a estrutura em que estão inseridos e as disposições dos mesmos.

Como todos os conceitos trabalhados por Bourdieu, o conceito de campo envolve uma visão relacional onde uma parte é enfatizada em relação a um todo denominado de espaço social. O campo pode ser tratado como um microcosmo que possui suas próprias regras e está situado no macrocosmo social, que é o espaço social (CARVALHO; VIEIRA, 2007).

Qualquer que seja um campo, ele é um campo de lutas, onde se processam relações de poder para conservar ou transformar as forças do campo. No campo, diferentemente do que ocorre em um jogo onde as regras são estabelecidas previamente, as regras são suscetíveis de mudanças pelos agentes fazendo com que tudo seja igualmente possível e impossível a depender do momento (BOURDIEU, 2004).

Em todos os campos, o Estado é um agente que desempenha papel fundamental. Bourdieu (1996a) reelabora a visão de Max Weber sobre o que venha a ser o Estado:

[...] modificando a célebre fórmula de Max Weber (‘O Estado é uma comunidade humana que reivindica com sucesso o monopólio do uso legítimo da violência física em um território determinado’), eu diria que o Estado é um x (a ser determinado) que reivindica com sucesso o monopólio do uso legítimo da violência física e *simbólica* em um território determinado e sobre o conjunto da população correspondente (BOURDIEU, 1996a, p. 97, grifo do autor).

Como se pode perceber, para Bourdieu (1996a) não há uma definição do que venha ser um Estado. Apenas se sabe que ele atua sobre todos os campos. Sendo assim, ele é considerado árbitro, definindo, parcialmente, regras de funcionamento; e possui papel regulador, conferindo legalidade e legitimidade através de nomeações, certificados e títulos (MADEIRO; CARVALHO, 2003).

O Estado tanto é um agente importante em um determinado campo (campo da cultura, campo econômico etc.) como ele também pode ser considerado um campo. “O próprio aparelho do Estado é um campo em si, com lutas de poder internas, que é controlado por representantes dos setores dominantes do campo social” (MADEIRO; CARVALHO, 2003, p. 184).

O campo só existe porque são os agentes que criam o espaço por meio de relações objetivas. A estrutura das relações objetivas entre os agentes definem o que eles podem e o que eles não podem fazer (BOURDIEU, 2004), pois isso já está imerso na estrutura. “A propriedade se apropria de seu proprietário, encarnando-se sob a forma de uma estrutura geradora de práticas perfeitamente conformes à sua lógica e às suas exigências” (BOURDIEU, 2009b, p. 95).

O entendimento sobre como os atores sociais agem varia segundo correntes objetivistas e subjetivistas. Para os objetivistas, as estruturas seriam responsáveis por limitar as práticas dos atores sociais, o que ocorreria independentemente da vontade dos mesmos. Já para os subjetivistas, os atores participam ativamente da construção da realidade, sem que as estruturas limitem de forma única suas práticas. A Teoria dos Campos Sociais de Bourdieu tem o mérito da superação da dicotomia objetivismo/subjetivismo (CARVALHO; VIEIRA, 2007).

Essa superação pode ser explicada a partir do conceito de *habitus*. O *habitus* de um campo advém da própria história do campo. São sistemas de disposições, sistemas que norteiam os atores, que predispõem as práticas dos agentes de forma duradoura (BOURDIEU, 2009b). Bourdieu pretendia explicar com o conceito de *habitus* como se dava a apreensão do social sob sua forma incorporada, ou seja, “o que o mundo social deixa em cada um de nós na forma de propensões a agir e reagir de certa forma, de preferências e detestações, de modos de perceber, pensar e sentir” (LAHIRE, 2002, p. 45). Assim, o autor entende o *habitus* como o conjunto de disposições que o agente tem para agir em prol da permanência de alguma situação ou em prol da sua mudança.

Já as posições dos agentes no campo resultam da história das posições objetivas e das disposições. As posições objetivas estão imersas na estrutura e orientam, mesmo que seja negativamente, o que os agentes podem fazer, ou seja, suas tomadas de posição. Já as disposições resultam da capacidade de agir do agente (BOURDIEU, 2004). As tomadas de posições são realizadas por meio de estratégias e levam em consideração a posição do ator no campo juntamente com os capitais que ele dispõe (BOURDIEU, 1996a).

Existem diferentes tipos de capitais. Para este trabalho, foram considerados os capitais social, econômico, cultural e simbólico. O capital social engloba todas as relações sociais. Com isso, o agente ao participar de um grupo, pode apropriar-se dos benefícios materiais ou simbólicos que circulam entre os seus membros (BONAMINO et al., 2010). O capital econômico compreende o conjunto de recursos materiais e financeiros acumulados pelos agentes. Bonamino et al. (2010) destacam que esse capital pode aparecer na forma de fatores de produção (terras, ferramentas, fábricas, trabalho etc.) ou de bens econômicos (dinheiro, patrimônio etc.), compreendendo todos os recursos materiais que possam ser valorizados do ponto de vista econômico.

O capital cultural tanto é repassado pelas instituições escolares como pela família. Ele reúne os conhecimentos, as informações e as habilidades adquiridas pelos agentes e pode ser encontrado em três estados: o incorporado, o objetivado e o legitimado. O capital incorporado não pode ser herdado, diferentemente do capital econômico. Trata-se de um conhecimento aprendido geralmente pela transmissão, internalizado pelo agente no decorrer da vida. O estado objetivado ocorre quando o capital se encontra de forma materializada, como os livros e os quadros; e o estado legitimado relaciona-se ao reconhecimento institucional do capital cultural e pode ser representado a partir de certificados e títulos escolares (BOURDIEU, 1979).

Sobre o capital simbólico, Bourdieu (1996a) explica que é qualquer outro tipo de capital legitimado pelos agentes do campo. A posse de qualquer capital que seja devidamente reconhecido pelos agentes no campo fornece poder simbólico ao agente que o detém. O poder simbólico é um poder invisível, ou seja, um poder que não é visto dentro do campo a não ser que se faça um esforço para descobri-lo. Este tipo de poder somente “pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 2009a, p. 8).

Explanada de um modo geral a teoria dos campos sociais de Bourdieu, a seguir apresentam-se algumas descrições e interpretações a partir da teoria bourdieusiana sobre como as comissões setoriais foram formadas no Fórum Setorial de Cultura de Pernambuco.

3. Relações de poder entre os agentes na formação das comissões setoriais de cultura

Analisando as relações de poder nos fóruns de design/moda, literatura e artesanato, é possível identificar agentes do poder público (Estado) e agentes do campo da cultura propriamente (sociedade).

Dos agentes do estado de Pernambuco participaram Fernando Duarte (Secretário de Cultura), Beto Silva (Secretário Executivo de Cultura), André Araripe (Assessor de Gabinete da Secretaria de Cultura), Ana Lira (Coordenadoria de Moda), Cecília Pessoa (Assessora de Design e Moda), Wellington Melo (Coordenadoria de Literatura) e Breno Nascimento (Coordenadoria de Artesanato). Os atores citados possuem vínculo com a SECULT e a FUNDARPE, além de alguns deles também serem artistas. Os demais agentes participantes do fórum enquadravam-se como artistas, produtores culturais, professores e estudantes.

Essas posições objetivas ocupadas pelos agentes, representadas pelos cargos em que eles se encontram (secretário de cultura, por exemplo) ou atividades que exercem (estudante, por exemplo), fazem toda diferença durante a realização dos fóruns porque dá indícios dos capitais que cada um dispõe e da forma como poderão jogar o jogo.

É interessante observar aqui que a ocupação de posições objetivas é algo dinâmico, como afirma Bourdieu (1996a). Ao longo da trajetória do campo, um mesmo agente pode ocupar várias posições distintas, como é o caso de alguns funcionários da SECULT e FUNDARPE que já estiveram a frente da Sociedade Civil enquanto artistas ou produtores independentes. Suas posições na estrutura social mudam, e com isso, suas tomadas de posição.

Aos agentes representantes das instituições estaduais cabe sempre a condução das decisões ou da forma como as decisões devem ser tomadas durante a realização dos fóruns. Aos agentes da sociedade cabe serem conduzidos, aceitando ou discordando do que está sendo posto no momento. Ainda que de maneira democrática/compartilhada, ficarão explícitas a seguir as estratégias e interesses de alguns agentes para manutenção de uma situação já previamente decidida.

3.1 A formação da comissão setorial de Design e Moda

O Fórum Setorial de Design e Moda ocorreu no dia 19 de dezembro de 2011, no Teatro Arraial. Contou com a participação de cerca de 50 pessoas entre artistas, docentes e outros profissionais. Isso evidencia a pluralidade de atores sociais participantes do setor e, consequentemente, os diversos interesses presentes no fórum.

Apenas seis pessoas estavam presentes às 14h, hora em que o evento foi programado para iniciar. Diante disso, Cecília Pessoa, Assessora de Design e Moda da SECULT, avisou que algumas pessoas ligaram dizendo que se atrasariam. Havia uma preocupação por parte dela em reunir o maior número de pessoas. E na posição em que ela se encontrava, coube a ela decidir que esperariam até chegar mais agentes, reafirmando com isso o caráter participativo do fórum. Os que já estavam presentes, reconhecendo nela uma participante legítima naquela situação, detentora de capital simbólico, acataram sua decisão.

Desse modo, o fórum teve início por volta das 15h. Cecília Pessoa explicou que o objetivo era eleger a Comissão Setorial de Design e Moda. André Araripe, Assessor do Gabinete da Secretaria de Cultura, apresentou o Balanço Anual das Políticas Culturais, referente ao ano de 2011. O intuito era deixar a par as últimas mudanças no campo da cultura em Pernambuco. Durante sua apresentação, o Secretário de Cultura, Fernando Duarte, chegou ao fórum e apresentou brevemente algumas questões, reiterando que o objetivo era eleger a comissão. Explicou também que não poderia ficar até o final do fórum em função de outro compromisso.

A participação de Fernando Duarte no fórum, embora momentânea, ocorreu no sentido de confirmar que o Poder Público estava presente na figura importante do Secretário de Cultura, mostrando a representatividade que o Estado possui no campo das políticas públicas. Até o momento, agentes do Estado conduziram a situação, ou seja, ocuparam a posição na estrutura objetiva de agentes que estão no campo com poder legitimado pelo próprio Estado.

Após a apresentação do secretário, Cecília Pessoa falou um pouco sobre a Assessoria de Design e Moda que têm como funções “elaborar e coordenar os planos, projetos e ações na área de design e moda a serem desenvolvidas ou apoiadas pelo governo estadual” e “subsidiar a Secretaria de Políticas Culturais no planejamento das ações, elaborar pareceres, criar projetos específicos a esses segmentos culturais e dialogar com a Sociedade Civil organizada em torno do mesmo”. Percebe-se aqui que, mais uma vez, Cecília Pessoa ressaltava aspectos da gestão compartilhada entre Estado e sociedade na condução de políticas do campo da cultura. Um tempo considerável do fórum foi dedicado à exposição realizada pelos agentes do poder público. Entende-se que, pelo fato do fórum ter um tempo limitado, isso prejudicou a exposição de ideias da Sociedade Civil, que nesta relação de poder, entre agentes do governo e da sociedade, era direcionada pela estrutura do campo a aceitar a lógica do jogo.

Inclusive, ao se falar sobre a formação da comissão, Cecília Pessoa explica que esta deveria ser composta por, no máximo, 10 pessoas conforme informação passada pela SECULT e FUNDARPE. O fato dessa quantidade de integrantes na comissão ter sido repassada pelo Poder Público, conforme salientou Cecília, evitou discussões entre os agentes sobre a quantidade de pessoas na comissão. O jogo com a informação é uma estratégia que favorece aos agentes que já fazem parte do corpo do Estado neste momento. Ao mesmo tempo mostra que o Estado define parcialmente as regras no jogo, como explica Madeiro e Carvalho (2003).

Além dos dez integrantes, a comissão também deveria incluir pessoas de diferentes regiões como Agreste, Sertão e Região Metropolitana a fim de evitar a centralização das

decisões entre os agentes da capital. Este também foi um critério passado por Cecília Pessoa para os participantes durante o fórum.

A primeira proposta de como a comissão deveria ser formada veio de Cecília Pessoa e Ana Lira, da Coordenadoria de Moda, que sugeriram a divisão entre duas grandes áreas: seis integrantes para a área de design e quatro para a área de moda, como mostra a figura a seguir.

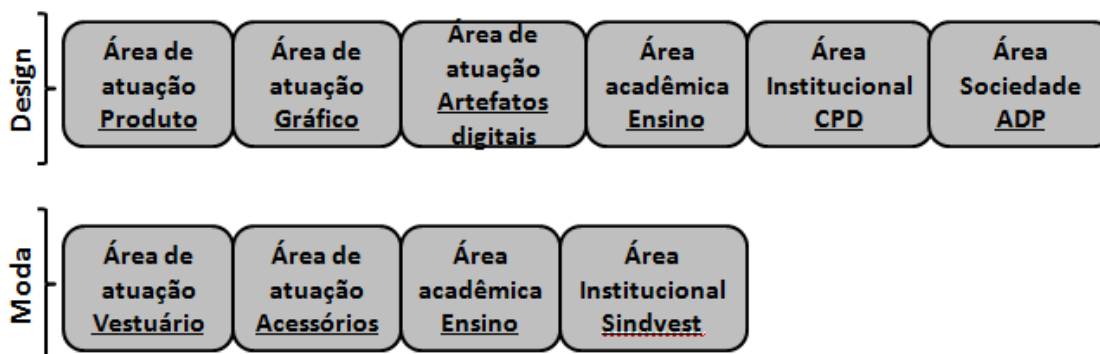


Figura 1: Composição da Comissão

Fonte: Adaptado a partir da apresentação no Fórum Design/Moda

Na parte de design, a *área de atuação* deveria ter três representantes sendo um para produto, um para design gráfico e um para artefatos digitais; a *área acadêmica* teria um representante para ensino; para *área institucional*, a sugestão era o Centro Pernambucano de Design – CPD; já como representante da *Sociedade Civil*, a alternativa era a Associação dos Designers de Produto – ADP. Na parte de moda, a *área de atuação* teria dois representantes: um para vestuário e um para acessório; a *área acadêmica* teria um para ensino; e na *institucional*, ocuparia o Sindicato das Indústrias de Vestuário de Pernambuco – SINDIVEST.

Observa-se, portanto, que já se havia definido, e não por gestão compartilhada, algumas posições objetivas da comissão. Conforme explica Bourdieu (2004), as posições objetivas orientam o que os agentes podem ou não podem fazer. Neste caso, as posições objetivas levantadas para compor a comissão já selecionavam agentes que cabiam dentro daquelas condições.

Para a *área de atuação*, possivelmente seriam alocadas pessoas com o maior capital cultural considerado pelos agentes. Para a *área acadêmica*, o capital cultural institucionalizado era considerado relevante. Na *área institucional e sociedade* foram alocados agentes que possuem legitimidade no subcampo de modo e design, como a Associação dos Designers de Produto – ADP, o Centro Pernambucano de Design – CPD e o Sindicato das Indústrias de Vestuário de Pernambuco – SINDIVEST.

De início, houve reação ao modelo proposto. Alguns agentes reclamaram que a categorização elaborada (design e moda) não dava conta da diversidade do setor. Outros não concordaram com a separação entre design e moda. A partir daí começou uma luta para impor a visão de mundo e os agentes iniciaram uma discussão sobre o que é design e o que é moda.

Houve confusão entre os próprios atores sobre essas delimitações. Cecília explicou que distinguiu as áreas porque na universidade essas áreas são tratadas separadamente. Neste momento, surge a legitimação dessa afirmação quando professores e estudantes, detentores de capital cultural institucionalizado (título) e incorporado (conhecimento adquirido) respectivamente, afirmaram serem áreas separadas. Eles também explicaram que a área acadêmica não deveria conter apenas ensino, como sugerido no modelo. Em proteção dos seus interesses, afirmaram que a área acadêmica deveria englobar também pesquisa e extensão. O

capital cultural, representado como todo tipo de conhecimento (BOURDIEU, 1979), neste caso, é reconhecido pelos agentes uma vez que esses agentes da academia são considerados, tanto por representantes do Estado quanto pela sociedade, jogadores legítimos no campo e possuem poder simbólico.

As discussões tornaram-se acirradas. Cecília Pessoa lembrava a todos sobre a importância de serem práticos sugerindo uma votação para que permanecesse sua proposta ou outra proposta fosse elaborada. Vinte e três pessoas concordaram com a proposta apresentada. Vinte e quatro pessoas votaram que outra proposta fosse elaborada. As novas propostas dos participantes foram apresentadas de forma individual e sem planejamento, o que despendeu tempo. Todavia, nota-se aqui que a Sociedade Civil conseguiu se fazer presente em seus argumentos sobre como a comissão deveria ser composta.

Depois da apresentação das novas propostas, a sugestão aceita pelos agentes foi que a proposta de Cecília Pessoa e Ana Lira fosse melhorada. Na parte de moda, apenas uma pessoa ficaria com vestuário e acessórios. Dessa forma, poderia colocar alguém para ficar responsável pela comunicação. Com isso, as pessoas que tinham interesse em trabalhar na área de design ou moda começaram a se candidatar e em seguida houve a votação. A comissão eleita ficou com dez integrantes: Cássio Bonfim (Produtos), Sebba Cavalcanti (Design Gráfico), Germana Uchôa (Artefatos Digitais), Renata Wanderley (Design, ensino, pesquisa e extensão), Luciene Torres (Centro Pernambucano de Design – CPD), Dida Maia (SINDVEST), Paulo Ricardo (Moda, vestuário e acessórios), Nestor Mádenes (Moda e produção), Michele Jacob (Moda, ensino, pesquisa e extensão) e Fernando Rafael (Comunicação).

A comissão contou com a participação de acadêmicos, responsáveis por legitimar a primeira proposta com a divisão entre moda e design. Os agentes que discordaram da proposta inicial parecem ter tido apenas espaço para se adequar uma vez que pelo tempo de duração do fórum, não daria para formular uma outra proposta consistente. O “espaço de possibilidades”, ou seja, aquilo que o campo oferecia como opção para os atores (BOURDIEU, 1996a) naquele momento, fez com que a participação social ocorresse muito mais a partir da adequação.

A seguir, a descrição e análise das relações de poder entre os agentes na formação da comissão setorial de literatura.

3.2 A formação da comissão setorial de Literatura

O fórum de literatura aconteceu no dia 19 de dezembro de 2011, no Teatro Arraial reunindo mais de 30 pessoas. Programado para iniciar às 19h, iniciou às 19h30min. O Secretário de Cultura, Fernando Duarte, fez a abertura falando, entre outras coisas, sobre os objetivos do fórum. Sobre a eleição da comissão, explicou ele:

Incentivo os companheiros a serem bastante críticos [...] pra ver se a gente consegue fazer alguma coisa nesses anos que tem aí pela frente, nos três anos. Não tem sido fácil não, mas a gente vai pra batalha pra conseguir fazer isso. Essa vida de artista não é uma coisa... Não é fácil. [...] E fazer política pública pra artes é mais complicado ainda (FERNANDO DUARTE, 19/12/2011).

Do trecho acima, é possível inferir que o campo das políticas públicas de cultura não costuma apresentar resultados imediatos, conforme explica Calabre (2009b, p. 295):

“Estímulos à diversificação e à revitalização das práticas culturais não costumam gerar frutos rapidamente; são na verdade processos, e não ações de resultados imediatos”. Além disso, Fernando Duarte, na sua posição de secretário, enfatiza o trabalho compartilhado e pede criticidade dos agentes nas decisões.

O Secretário da Cultura ainda falou que em 2012 gostaria de participar de todos os planejamentos, agradeceu e se retirou. Novamente o que se percebe é o Estado se fazendo presente na figura do secretário e legitimando a realização do fórum. Vê-se, portanto, o Estado detentor do poder simbólico em seu papel regulador e legitimador (MADEIRO, CARVALHO, 2003).

Em seguida, o Balanço Anual das Políticas Culturais foi apresentado por Beto Silva, Secretário Executivo de Cultura, que ressaltou o fortalecimento institucional da FUNDARPE e a criação da SECULT. De acordo com este agente, contribuíram para isso: a implantação do processo de co-gestão da política pública de cultura representado pelos fóruns regionais e setoriais; a consolidação de programas como o Festival Pernambuco Nação Cultural que destinou 24 milhões à realização de 9 festivais; o Fundo Pernambucano de Incentivo a Cultura - Funcultura 2010-2011 que investiu um total de 30 milhões de reais nas diversas linguagens.

Em relação ao Funcultura, Beto Silva explicou que os recursos são destinados em grande parte para projetos da região metropolitana e que os recursos precisam ser regionalizados, o que mostra a preocupação do Governo do Estado em trabalhar com as Regiões de Desenvolvimento (RD's) de Pernambuco: Sertão, Agreste, Mata, Região Metropolitana e Fernando de Noronha. Essa apresentação mostrou como o capital econômico dota o Estado de poder, pois este escolhe quais políticas investir.

Wellington Melo, da Coordenadoria de Literatura, explicou que o setor de literatura ficou em terceiro lugar na aprovação de projetos no Funcultura no ano de 2011. Também salientou que a comissão eleita, juntamente com a FUNDARPE e a SECULT, vai elaborar o Planejamento Estratégico de Literatura no ano de 2012, que vigorará até 2014. Wellington despendeu uma considerável parte do tempo com sua apresentação sobre as ações, projetos e programas voltados ao setor de literatura.

O fórum, programado para terminar às 22h, começou a discutir sobre a comissão por volta das 21h30min. Diferentemente do que ocorreu no fórum de Moda e Design, a quantidade de integrantes da comissão não foi previamente definida. Os candidatos a participar da comissão de literatura se organizaram em blocos de até três pessoas. Cada candidato teve três minutos para defender suas ideias. Uma das questões trazidas foi a de que houvesse um edital exclusivo para o setor de literatura assim como existe para o setor de audiovisual no Funcultura, o que comprova como os atores do setor de literatura disputam com os outros setores na busca por capital econômico.

Outro candidato falou que a apresentação de Wellington foi demasiadamente demorada, tirando o foco do fórum que era a eleição e completou dizendo que “O Estado precisa ouvir mais”. Essa fala demonstra insatisfação do agente com a organização da estrutura do evento, que favoreceu aos representantes do Estado organizarem previamente como as coisas devem acontecer, deixando aos agentes da Sociedade Civil o espaço de possibilidades também previamente estruturado, de modo que a estes muitas vezes cabe somente aceitar.

A comissão de literatura ficou organizada em três cadeias: criativa, mediadora e produtiva. Cada cadeia teve dois representantes eleitos e uma delas teve suplente, ficando a composição da comissão: Elo Criativo, com Valmir João e Meca Moreno (Alufa Licuta: suplente); Elo Mediador, com Gabriel Santana e Francisco Mesquita; Elo Produtivo, com Altair leal e Alexandre Melo.

A percepção sobre este fórum é que houve uma preocupação maior em mostrar o que o Estado fez no ano de 2011 do que em discutir propriamente sobre quais requisitos deveriam ser considerados para eleger a comissão.

3.3 A formação da comissão setorial de Artesanato

O fórum de artesanato aconteceu na Casa da Cultura e teve a participação de mais de 40 pessoas. O evento, programado para iniciar às 9h, teve início às 10h10min. Da parte dos que já estavam presentes, que não eram poucos como ocorreu no Fórum de Design e Moda, não se percebeu nenhuma reivindicação para que o fórum começasse no horário marcado. Os representantes do governo do estado já estavam presentes, mas novamente se percebe que se espera agregar o maior número de pessoas para aquela ocasião.

Breno Nascimento da Coordenadoria de Artesanato iniciou o evento e falou que “A função da comissão setorial é ser o interlocutor entre as demandas da categoria, as demandas do segmento ou da linguagem e a Gestão Pública, no caso a Secretaria de Cultura”. Como ocorreu nos fóruns anteriores, novamente se reafirmou a importância de que todos tinham ciência de que a gestão acontecerá de forma compartilhada.

Ele também explicou que a comissão de artesanato atual foi eleita em dezembro de 2007 e que já existe um regimento interno da comissão de artesanato que dispõe, entre outras coisas, sobre a estrutura da comissão, quantos membros ela deve possuir, a saída de membros etc. Ou seja, na estrutura objetiva já está imersa o que os agentes escolhidos podem fazer, delimitando assim, o espaço de possibilidades. O espaço de possíveis é o responsável por permitir uma relativa autonomia dos atores em relação às determinações do ambiente, pois tal espaço implica as possibilidades/ações propostas pelo campo para orientar os atores sociais que participam desse campo (BOURDIEU, 1996a, p. 53).

Em seguida, Beto Silva, Secretário Executivo de Cultura, apresentou o Balanço Anual das Políticas Culturais do Estado. Breno Nascimento, por sua vez, apresentou as principais ações desenvolvidas no setor de artesanato em 2011: participação nos Festivais Pernambuco Nação Cultural, oficinas, apoio às ações do Programa de Artesanato de Pernambuco – PAPE, atrações culturais como o dia do artesanato e o dia das mães, fóruns regionais de cultura. A apresentação de Breno encerrou-se por volta das 11h50min. O tempo para falar sobre o que se fez foi maior do que a discussão sobre a comissão. Devido ao tempo, Breno sugeriu que o fórum se estendesse até às 13h.

As pessoas que quiseram se candidatar à comissão tiveram um tempo para se apresentar. Uma integrante da comissão de 2007, em sua apresentação, reclamou a ausência de informações não disponibilizadas por uma integrante que também fazia parte da comissão eleita em 2007, chamada por todos de Vani. A maioria dos presentes confirmou que também não haviam recebido tais informações. Em defesa, Vani disse que aquela reunião foi para “crucificá-la” e que não desejava participar mais da nova comissão. O conflito é visível, mesmo entre aqueles que compõem um mesmo “lado” – a Sociedade Civil – mostrando que o campo da cultura não é um “mosaico harmônico”, como explicou Barros (2009).

Depois da apresentação de vários candidatos, a maioria da comissão de 2007, Breno Nascimento tentou manter a ordem para a eleição. Os integrantes da comissão 2007, com exceção de Vani, colocaram seus nomes para a nova comissão, e alguns sugeriram que a comissão permanecesse a mesma. Melhor dizendo, a comissão de 2007 não queria perder o poder conquistado dentro do campo. Assim, lutou para que a situação permanecesse, enquanto o restante dos participantes assistiu sem fazer objeção, o que pode ser explicado por Bourdieu (1996a) quando este afirma que os atores lutam para conservação da estrutura do campo

quando esta, de alguma forma, lhe favorece. No momento da candidatura, faltavam dois integrantes da comissão de 2007, mesmo assim os candidatos à nova comissão falaram que os faltosos tinham interesse em permanecer. Isso bloqueou a entrada de novos integrantes e a comissão de 2007 conseguiu legitimar-se como a nova comissão.

A situação não pareceu uma reeleição uma vez que não houve votação dos presentes, que se calaram diante do que a antiga comissão sugeriu. Assim, a comissão ficou formada por: Antônio Gomes da Silva Filho, Lanzoni Bandeira, Margaret Leidluz, Maria do Livramento de Aguiar, Maria José Faustino da Silva, Malfiza Silva, Maria Cristina da F. Costa, Nivaldo Jorge da Silva, Roberto Carlos da Silva, Sócrates Mesquita, Silva Regina Figueiredo Nogueira. Ao todo, onze integrantes.

Não se explicou o que era responsabilidade de cada um deles, e por imposição da antiga comissão acompanhada da omissão dos agentes presentes, houve a formação da nova comissão.

4. Conclusão

Em relação aos fóruns analisados, nomeadamente os de Design/Moda, Literatura e Artesanato, eles tiveram uma lógica de organização similar. Inicialmente, um representante da FUNDARPE ou da SECULT apresentava o Balanço Anual das Políticas Culturais de Pernambuco em 2011. Em seguida, o responsável pela coordenação da linguagem fazia uma apresentação específica somente daquela linguagem. Por fim, iniciava-se o processo de formação da comissão propriamente, que teve uma lógica particular nos três fóruns como ficou claro na descrição dos dados.

Cada fórum possuía, segundo o cronograma disponibilizado pela FUNDARPE, três horas de duração, o que deve ser considerado pouco tempo para uma discussão efetiva entre os diversos atores que participaram. Além disso, nenhum dos fóruns analisados começou no horário previamente marcado.

No Fórum de Design/Moda, a decisão da composição da comissão já havia sido discutida antes mesmo do fórum, como ficou evidente quando Cecília Pessoa e Ana Lira apresentaram a sugestão. O fato de o modelo da composição da comissão de Design/Moda ter sido modificado minimamente, mantendo-se praticamente a ideia original, pressupõe que a participação social se restringiu à escolha dos executores daquela decisão, previamente tomada pela Assessoria de Design e Moda e pela Coordenadoria de Moda. Por outro lado, a modificação da proposta inicial, mesmo que tenham sido pequenos ajustes, sugere que a participação social na definição das necessidades importantes ocorreu, enfatizando aspectos da gestão compartilhada no que se refere ao diálogo estabelecido para a decisão. Mostra também que os agentes podem lutar por seus interesses no campo e fazer valer sua visão de mundo.

No Fórum de Literatura, a Coordenadoria deteve um tempo enorme para discutir sobre o que tinha sido realizado durante 2011, em vez de discutir sobre a comissão propriamente. Isso resultou na seguinte frase, proferida por um dos agentes da Sociedade Civil: “O Estado precisa ouvir mais”, o que deixa claro que o processo de gestão compartilhada em Pernambuco ainda é uma prática incipiente, e precisa ser mais dialogada com os agentes.

O Fórum Setorial de Artesanato foi o que apresentou a escolha da comissão de maneira menos democrática. Tal ocorrência se deu não por conta dos representantes do Poder Público, que sempre deixavam claro que a escolha da comissão deveria partir da Sociedade Civil, mas porque um grupo de atores, a comissão de 2007, deixava transparecer que não queria sair da comissão. Isso evidencia uma concentração de poder nas mãos dos mesmos

atores sobre as políticas setoriais de artesanato, na tentativa de manter as regras do jogo, que de alguma forma lhe favoreciam (BOURDIEU, 1996a).

A Gestão Compartilhada nos fóruns apresentados mostrou que falta planejamento dos agentes para lutar por seus interesses. Essa falta de planejamento é reforçada ainda pela falta de informações disponibilizadas pela FUNDARPE e pela SECULT, que poderiam ter orientado previamente os agentes sobre a importância de levar propostas para a formação das comissões. Fica evidente também que as regras do jogo ainda são ditadas pelo Estado, que é detentor máximo do poder simbólico dentro do campo. Houve, portanto, uma tentativa de decisão conjunta, mas as lutas pelo poder entre os atores não garantiram uma gestão compartilhada efetiva.

No que diz respeito aos atores e aos capitais, a Fundarpe e a Secult são detentoras de capital econômico, uma vez que possuem os recursos na forma de dinheiro para investir nas ações políticas que serão planejadas em 2012; de capital cultural, no que se refere ao conhecimento sobre o funcionamento do campo das políticas culturais, principalmente em termos jurídicos e administrativos; de capital social, já que pode buscar apoio em atores consagrados no campo, como o Ministério da Cultura – MINC; e de capital simbólico, uma vez que é reconhecido como detentor legítimo do poder.

Isso reforça as observações de Bourdieu (1996a, p. 99), quando o autor afirma que o Estado “é resultado de um processo de concentração de diferentes tipos de capital”. Tal concentração faz do Estado detentor de uma espécie de metacapital, exercendo poder sobre os outros tipos de capital e sobre seus detentores no campo.

Os outros agentes lutam com os recursos que dispõem. Os professores, por exemplo, detêm capital cultural institucionalizado uma vez que são profissionais portadores de títulos. Os artistas, na maioria das vezes, detêm capital cultural no estado incorporado e objetivado, ou seja, eles conhecem o setor cultural que participam porque incorporaram essa linguagem ao longo da vida e objetivam sua arte a partir da produção cultural que realizam. Os produtores culturais possuem capital social a partir de relações com os atores no campo.

Como no campo da cultura a disputa maior é por recursos materiais, o capital econômico se torna o principal recurso disputado pelos agentes. Apesar de alguns agentes possuírem poder simbólico no que se refere ao reconhecimento do capital cultural por parte do Estado e da própria sociedade, o Estado tem o capital que é disputado no campo (capital econômico) além dos outros capitais já mencionados, o que lhe dá mais poder para definir as regras do jogo.

Acredita-se que esse trabalho possibilita contribuir teoricamente para os estudos no âmbito do Estado e da Sociedade, para que se possa refletir até que ponto a gestão compartilhada entre esses agentes efetivamente ocorre. As relações de poder, presentes em todas as esferas da vida, merecem destaque na análise de estudos sobre gestão compartilhada, já que com esse tipo de gestão pode-se identificar conflitos exteriorizados pelos agentes.

Referências

BARROS, José Márcio. Processos Transformativos e a gestão da diversidade cultural. In: CALABRE, Lia (Org.). **Políticas culturais: reflexões sobre gestão, processos participativos e desenvolvimento**. São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2009.

BONAMINO, Alicia et al. Os efeitos das diferentes formas de capital no desempenho escolar: um estudo à luz de Bourdieu e de Coleman. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 45, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996a. Tradução: Marisa Corrêa.

_____. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

_____. **O poder simbólico**. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009a.

_____. **O senso prático**. Petrópolis: Vozes, 2009b. Cap. 3.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **Ofício de sociólogo**: metodologia da pesquisa na sociologia. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

CALABRE, Lia. **Políticas Culturais no Brasil**: dos anos 1930 ao século XXI. Editora FGV: 2009a.

CALABRE, Lia. O Minc, a gestão Gilberto Gil e os desafios na construção de políticas culturais. Revista Proa - **Revista de Antropologia e Arte**, nº 01, vol. 01, 2009b, p. 293-302.

CANEDO, Daniele. A participação social na elaboração de políticas públicas de cultura na Bahia. In: CALABRE, Lia (Org.). **Políticas culturais: reflexões sobre gestão, processos participativos e desenvolvimento**. São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2009.

CARVALHO, Cristina Amélia; VIEIRA, Marcelo Milano Falcão. **O poder nas organizações**. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1995.

HERMANN, Nadja. **Hermenêutica e Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

LAHIRE, Bernard. Reprodução ou prolongamentos críticos. **Educação & Sociedade**, ano XXIII, n. 78, Abril/2002, p. 37-55.

MADEIRO, Gustavo, CARVALHO, Cristina. Da origem pagã às micaretas. In: CARVALHO, C., VIEIRA M. **Organizações, Cultura e Desenvolvimento Local: a agenda de pesquisa do Observatório da Realidade Organizacional**. Recife: EDUFEPE, 2003.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. Políticas culturais no governo Lula. In: RUBIM, Antônio Albino Canelas (Org.) **Políticas culturais no governo Lula**. Salvador: EDUFBA, 2010.